



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Jovens dentro e fora do jogo

AN Original

Ao propormos uma reflexão sobre a educação de jovens, compreendemos que quanto mais se articula o conhecimento perante o mundo globalizado, mais os estudantes se sentirão desafiados a buscar respostas e, (...)

Por Marcos Antonio Batista da Silva



[es](#) [Reflexión](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anticolonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Perdón por los muertos

AN Original

Una de las canciones más entrañables de Silvio Rodríguez, que me acompañó en el largo verano de la anarquía, es ¿Pequeña serenata diurna?. Me calaba el hueso, en especial, esta declaración enorme:(...)

Por José Luis Exeni



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

A crise de legitimidade do governo entre a população reforça o autoritarismo em Moçambique

AN Original

O actual cenário em Moçambique, caracterizado por uma crise profunda devido principalmente à incapacidade do Estado e do governo em responder às principais preocupações e necessidades da maioria da população(...)

Por Boaventura Monjane, Teresa Amal



[en](#) [Reflection](#) [Anti-Capitalism](#) [Anti-Colonialism](#) [Anti-Heteropatriarchy](#)

Anger and Populist Attitudes: How Could Anger Activate Latent Populist Attitudes?

AN Original - UNPOP Series

Negative emotions are often associated with populism, as feelings of fear and anger are seen as one of the key motivating factors underlying populist support. Both from the supply and demand side, or the elite and(...)

By Eduardo Ryo Tamaki



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Feminismo e Utopia: Coordenadas de uma Disputa Política (Um Horizonte Emancipador)

AN Original

De modo a colocar utopia no centro do feminismo, como horizonte emancipador, a consciência feminista necessita de uma consciência de classe. Isto significa que o epicentro da utopia feminista deve inscrever-se(...)

Por Mónica Catarina Soares



es Reflexión Anticolonialismo Anti-Capitalismo

Guerras del Gas: Llega a Bilbao un Barco con Gas Licuado del Norte de Mozambique

AN Original

La invasión de Ucrania se ha convertido en una guerra económica mundial. La UE, además de enfrentarse a la amenaza de cortes por falta de suministro, está tratando de poner ¿topes? a los precios del gas ruso y(...)

Por Jokin Alberdi Bidaguren



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Aviso aos Navegantes

AN Original

Uma vez confirmada a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, alguns comentaristas políticos portugueses entregaram-se a uma gozação fácil, mas de gosto duvidoso. Vozes influentes na opinião pública, como Inês(...)

Por Miguel Borba de Sá



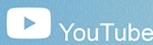
pt Reflexão Anti-Heteropatriarcado

Feminismo e Utopia: Coordenadas de uma Disputa Política ("Feminismo" Reacionário)

AN Original

Além das forças liberais, encontramos, na atualidade, outra importante força política na disputa pelo feminismo. Conhecemos bem as investidas dos segmentos reacionários, daqueles que assumidamente se entendem(...)

Por Mónica Catarina Soares



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Jovens dentro e fora do jogo

AN Original

2023-01-25

Por Marcos Antonio Batista da Silva

Ao propormos uma reflexão sobre a educação de jovens, compreendemos que quanto mais se articula o conhecimento perante o mundo globalizado, mais os estudantes se sentirão desafiados a buscar respostas e, conseqüentemente, serão levados a um estado de consciência crítica e transformadora diante da realidade. Essa relação dialética é cada vez mais assimilada à medida que educadores e estudantes se fazem sujeitos do seu processo de conhecimento.



Imagem: foto do autor

O tema da juventude e educação apresenta-se na agenda das principais universidades e centros de pesquisa, procurando responder aos questionamentos e desafios que emergem de um mundo em transformação. Numa sociedade marcada pela transitoriedade, repleta de sinais confusos, propensa a mudar com rapidez e de forma imprevisível, a escola, a família, o Estado e as demais instituições devem proteger os jovens, bem como cuidar da formação ético-social e profissional, para que eles possam modificar suas biografias e das gerações futuras.

A diversidade social ocupa as escolas pela presença concreta de seus frequentadores: negros, afrodescendentes, indígenas, brancos, adultos, adolescentes, jovens e crianças de diferentes idades. Tendo em vista que o compromisso político da educação é um bem público, a igualdade constitui valor fundamental ao ensino. Nesta direção vale mencionar iniciativas com as da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes – Resolução nº 68/237(ONU), que enfatiza a necessidade e urgência

de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes. Assim como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade, em defesa de medidas práticas e concretas por meio da adoção e efetiva implementação (inter)nacional de quadros jurídicos, políticas e programas de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata enfrentados por afrodescendentes, tendo em conta, entre outros, os jovens.

Nas sociedades contemporâneas, o racismo estrutural e as desigualdades sociais afetam diretamente as trajetórias e oportunidades na vida dos jovens, sobretudo de grupos de jovens racializados. É urgente, e importante ampliarmos os conhecimentos sobre as diferentes realidades juvenis, necessidades insatisfeitas, motivações e subjetividades em curso, especialmente aquelas relacionadas com os jovens pobres, negros e de povos indígenas que mais dificuldades enfrentam para realizar escolhas alternativas e projetos autônomos, é condição necessária para a definição de políticas públicas sintonizadas com os sujeitos e as realidades que se quer transformar. Se por um lado há elementos subjetivos na hora de escolhas profissionais, por outro, há questões objetivas que dificultam esse processo (o racismo estrutural e as desigualdades sociais).

O interesse em discutir acerca de jovens, principalmente os jovens racializados, pressupõe o fato de que tais jovens são mais vulneráveis em suas trajetórias educacionais, assim como nos projetos de vida adulta (os jovens são candidatos em potencial para a educação superior). Vários estudos têm mostrado esta preocupação com este segmento da população no que tange ao seu processo de inclusão ou exclusão social da adolescência e da juventude. Em geral, empobrecida na inserção na vida adulta. Isto é, no que tange as condições desfavoráveis socioeconômicas marcam a trajetória desse grupo social e interferem nas opções desses sujeitos, se não cerceando, ao menos limitando seus interesses educacionais e profissionais. As experiências escolares de jovens racializados, em sua grande parte é marcada por discriminação racial e racismo institucional no espaço escolar.

O agravamento das condições de vida de parte ampla da população jovem, em especial, os setores mais vulneráveis, incide diretamente no aumento da sensação de insegurança no presente e das incertezas quanto à vida futura (e presente até – porque estão muito mais expostos). Temos visto que sobre eles têm recaído as principais ações (não necessariamente de políticas públicas), mas muitas vezes de controle social.

No que concerne à temática da educação, propomos pensar a juventude como uma oportunidade que implica tratar os jovens como sujeitos de sua própria história e não como objeto das expectativas dos adultos. Deve ser um processo interacional em que ambos devem contribuir para o crescimento do sujeito. Essa mudança de olhar que supera a visão de jovens como objeto do problema e se firma na visão de jovem como sujeito de oportunidades nos leva a uma perspectiva importante para a ação do sistema educacional, do trabalho e da mobilização da sociedade. É importante também um olhar para outras formas de conhecimento que ocorrem nos diferentes espaços de aprendizagem que não são somente a escola (abrigo, presídios, organizações não governamentais), entre outras, com o objetivo de erradicar as violações de direitos, principalmente aos ligados aos jovens, dentre outros.

Na sociedade contemporânea e diante da desigualdade educacionais de grupos racializados, é cada vez mais necessário, que os integrantes do sistema de ensino, das séries iniciais ao ensino superior dialoguem e valorizem suas histórias e culturas, bem como o poder político, dialogue cada vez mais com os movimentos sociais de base. Sem isso, poderá estar comprometida a própria qualidade da educação democrática. Visto que, ainda persistem grandes diferenciais que colocam os jovens racializados em desvantagem em suas trajetórias educacionais e inserção no mercado de trabalho.

De modo geral, a população racializadas tem várias barreiras que impedem o acesso à mobilidade educacional e social (segurança pública, sistema de saúde, transporte público de qualidade, habitação, emprego). Diante de um cenário de altas taxas de desemprego e precarização do trabalho, como a juventude tem reagido? Hoje, jovens de todas as condições sociais expressam inseguranças e angústias ao falarem das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. O que haveria de comum entre jovens? O que os diferencia? O que têm em comum os jovens que vivem em espaços sociais economicamente valorizados da cidade e aqueles que moram em áreas periféricas? Jovens de diversos gêneros, classes sociais e idades semelhantes? Estamos diante de uma mesma geração quando os sujeitos, em alguma medida, vivenciam espaços e tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias e experiências históricas e culturais.

Um dos grandes desafios democráticos se relaciona com as encruzilhadas que podem ser percorridas para que a participação social se torne objetivo e meta realizável numa sociedade em que tantos jovens se encontram em processo de exclusão econômica e marginalização social. Há indicações de que uma parcela importante dos jovens nas sociedades contemporâneas está, atualmente, experimentando uma série de fragilidades e vulnerabilidades.

Compreendemos que a reconstrução desse panorama possa ocorrer por intermédio da educação, que é percebida como uma esfera fundamental pela possibilidade de promover mudanças nas representações culturais, assim como da inclusão de narrativas de pessoas e/ou grupos historicamente excluídas da produção do conhecimento. Dentro dessa forma de perceber o jovem, é importante situar elementos norteadores para o enfrentamento dos impasses próprios do mundo globalizado, como as novas dinâmicas do trabalho, a educação, a família, a própria juventude e a luta antirracista.

Marcos Antonio Batista da Silva - Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG).



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Perdón por los muertos

AN Original

2023-01-20

Por José Luis Exeni

Una de las canciones más entrañables de Silvio Rodríguez, que me acompañó en el largo verano de la anarquía, es “Pequeña serenata diurna”. Me calaba el hueso, en especial, esta declaración enorme: “quiero que me perdonen, por este día, los muertos de mi felicidad”. Y sí, hay muertos esenciales sin los cuales no seríamos personas felices. Todos los tenemos. En mi caso albergo cinco. Agradezco su existencia, siento su partida, les pido perdón.

Pero hay muertos distintos, perdones de otro tipo. Muertos por represión estatal, por masacre. Pedidos de perdón manchados de sangre, plenos de cinismo. No otra cosa es el reciente mensaje de la presidenta accidental del Perú, Dina Boluarte: “Si en algo nos hemos equivocado en encontrar la paz y la calma, pido perdón al pueblo peruano”. Qué tal. Lo dice 42 muertos después por disparo de la fuerza pública. Extraña “pacificación” sembrada de cenizas.



Lógica de la razón procaz: mato, luego pido perdón. No son “equivocos”, sino acciones deliberadas. No encuentran la paz, sino el desgarró. A reserva del debate sobre las condiciones en que Boluarte asumió la presidencia, es inaceptable que el esquema de poder se sostenga sobre crímenes y violación de derechos humanos. Aunque estos muertos minúsculos (sic), para la elite limeña, la OEA de Almagro y gran parte de la comunidad internacional, no cuenten. Son “azuzados por extranjeros”. O peor: “Evo es el culpable”.

Recuerdo que en reacción al “febrero negro” de 2003 en Bolivia, con 31 muertos por el fallido impuestazo en el gobierno de Sánchez de Lozada, escribí con más rabia que argumentos una columna titulada La democracia asesina: “¿Hasta cuántos cadáveres está permitido equivocarse? Los muertos como peaje, la muerte como alimento. Ay, la democracia”. Erraba en el blanco: el problema no es la democracia, sino su ausencia. La democracia no debiera tolerar ni un solo muerto por mano del Estado. Menos una masacre.

¿Cuántos muertos más tendrá que haber en el Perú abismal para que el poder político y los poderes fácticos, rancios, viabilicen una salida pacífica y democrática a la crisis? ¿Hasta cuándo se seguirán ignorando/blanqueando las muertes por represión? (“choques”, dice el diario verde; “peleas”, titula otro; “fuego cruzado”, se dijo aquí el 2019). No habrá pacificación mientras la vida del otro no valga nada a título de “terrorista” o, como en las masacres de Sacaba y Senkata en Bolivia el 2019, de “horda salvaje”.

Los muertos esenciales se/nos perdonan. Y se agradece. Los muertos-bala, en cambio, ejecutados en nombre de la “paz y la calma”, no tienen perdón. Ni olvido. Con impunidad y sin verdad/justicia para las víctimas no hay democracia.

José Luis Exeni Rodríguez es politólogo boliviano.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1 2 9 0
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A crise de legitimidade do governo entre a população reforça o autoritarismo em Moçambique

AN Original

2023-01-06

Por Boaventura Monjane, Teresa Amal

O actual cenário em Moçambique, caracterizado por uma crise profunda devido principalmente à incapacidade do Estado e do governo em responder às principais preocupações e necessidades da maioria da população moçambicana, tais como desemprego, habitação, serviços públicos básicos e alimentação, levará a um período de maior despotismo em Moçambique, por um lado para abafar uma possível revolta popular e, por outro lado, para impor a autoridade do governo.



AFP_Simon WOLHFAHRT

Os regimes autoritários surgem ou se intensificam precisamente quando já não são capazes de manter, democraticamente, a sua legitimidade aos olhos do povo. A impopularidade do governo moçambicano aumentou. O custo de vida e a falta de oportunidades de emprego para muitas/os, especialmente para os e as jovens, minaram a credibilidade do governo. O sector informal da economia, que é forte tanto em zonas urbanas como rurais, tende a ser ilegalizado, especialmente em zonas urbanas, sendo submetidas a uma espécie de fascismo social.

Não são necessárias sondagens para sentir o descontentamento generalizado da população. Nos transportes, nos mercados, nas casas de pasto, nas reuniões familiares, nos grupos de WhatsApp, transparece a impressão de que o governo já não serve as massas e estas estão a ser deixadas cada vez mais à sua sorte.

Este descontentamento tornou-se recentemente mais visível mesmo no aparelho do Estado. O fracasso da chamada Tabela Salarial Única (TSU), um tipo de ajustamento salarial anunciado no último trimestre de 2022 que previa um aumento significativo dos salários dos/as funcionárias/os públicas/os, aumentou a desconfiança entre os e as servidoras do Estado em relação ao governo.

O anúncio da TSU foi recebido com grande expectativa, e que quando concretizado levou ao descontentamento no sector público, uma vez que defraudou as expectativas sobre uma potencial melhoria dos níveis remuneratórios e, pior ainda, coloca em causa direitos adquiridos, o que segundo vários especialistas, é inconstitucional.

Esta situação fez com que sectores importantes como os médicos/as e professores/as do sector público paralisassem as suas actividades durante algum tempo nos últimos meses de 2022. Foi interessante observar como os protestos foram implementados de forma criativa. Por exemplo, professores primários e secundários fizeram greves de zelo e silenciosa. Não deixaram de ir às escolas, mas deixaram de trabalhar em quase todos os casos. As/Os médicas/os entraram em greve abertamente, mas também foram a público para explicar as suas razões e que serviços continuariam a prestar para que a população não se voltasse contra esta classe.

Embora não muito activo, o descontentamento foi também expresso mesmo no seio da polícia e do exército, precisamente os veículos para a materialização da repressão.

Estes ingredientes são suficientes para o surgimento de uma ampla frente de articulação para desafiar seriamente o governo e exigir uma reforma do aparelho estatal e quiçá de mudança do governo. É precisamente por esta razão que o esmagamento desta possível articulação é levado a cabo através de um aperto de medidas e mecanismos autoritários, através de uma repressão mais ou menos subtil. Estes incluem, acima de tudo, mecanismos de propaganda constante e blackout e/ou controlo dos meios de comunicação social, com sérias ameaças à liberdade de expressão que incluem a prisão de jornalistas e activistas sociais e ameaças à sua segurança e à das suas famílias.

Não é coincidência que recentemente tenha havido um recrutamento maciço de jovens para a força policial, que se encontram em grupos a poucos metros de distância entre si a patrulhar as ruas, principalmente das maiores cidades do país e, especialmente, perto de edifícios estratégicos do Estado, nomeadamente os ministérios e outros edifícios de diferente órgãos de soberania.

Não será surpreendente que, em 2023, o orçamento para a segurança e aquisição de armas seja aumentado, em parte sob o pretexto de combater a insurgência no norte do país. Aliás, Filipe Nyusi anunciou já aquisição de mais material bélico com a desculpa da guerra contra o terrorismo.

Como se sabe, Moçambique foi atingido por uma crise de segurança sem precedentes no norte do país quando em 2017 eclodiu uma insurgência na província de Cabo Delgado que foi inicialmente desprezada pelo Estado, mas que gradualmente se revelou um problema extremamente grave.

Após fracassar no controle da situação, Moçambique pediu apoios a forças estrangeiras¹, destacando-se as da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e as do Ruanda. O Ruanda enviou o maior contingente militar, dois mil soldados, em Agosto de 2021, para apoiar as forças moçambicanas que lutavam contra a propagação da insurreição. O Presidente do Ruanda, Paul Kagame, ofereceu esta "assistência" a Filipe Nyusi no âmbito de um acordo bilateral no qual o lado moçambicano garantiu: 1) o acesso à exploração dos recursos naturais pelo regime ruandês; 2) a extradição de cidadãos ruandeses que estavam em Moçambique como fugitivos e que o regime queria prender pela sua oposição ao regime de Kagame. A França financiaria directamente os militares ruandeses, e a União Europeia e Portugal assumiriam a liderança no financiamento da formação militar e do fornecimento do chamado equipamento militar não letal. Em Setembro de 2022, ao Ruanda foi-lhe prometido um apoio, através de pacote de 20 milhões de euros, pela União Europeia. É legítimo perguntar-se quanto do arsenal a ser mobilizado por Kagame será utilizado para combater o Al-Shabaab e quanto será dedicado ao estrangulamento de cidadãos.

Embora seja inegável que as tropas de Kagame ajudaram grandemente as tropas moçambicanas a conter a propagação dos insurgentes, sobretudo na área de Palma e Bacia do Afungi, o que proporcionou algum alívio a Nyusi e às forças de defesa moçambicanas, esta presença ruandesa está a ser utilizada para angariar fundos para uma maior militarização.

A consolidação do autoritarismo em Moçambique não se manifesta apenas nas mais convencionais formas, nomeadamente, a limitação de liberdades democráticas dos e das cidadãos/ãos. Outros desenvolvimentos em Moçambique levam a concluir que a agenda autoritária se alastra a outros sectores, incluindo o sector de políticas do Estado. Um desses sectores é o da terra. Há poucos anos, o governo de Moçambique iniciou um processo de revisão da Política Nacional de Terras, que deverá conduzir a uma alteração da actual Lei de Terras de 1997. A revisão marca uma grande mudança na Política de Terras de Moçambique no sentido de uma estrutura ainda mais neoliberal para permitir a transferência de títulos de terra individuais em condições de mercado e alargar as condições sob as quais as terras das/os camponesas/es podem ser expropriadas/os. As/Os activistas da terra acusaram o governo de prosseguir uma abordagem autoritária, excluindo a participação da sociedade civil e falsificando as consultas públicas. Num [artigo académico recentemente publicado](#)², chama-se à atenção para este de [autoritarismo agrário neoliberal](#). A revisão da política nacional de terras representa um revés para a autonomia e soberania popular da população uma vez que vai permitir a usurpação da terra dos e das camponesas moçambicanos/as em benefício do capital agrário nacional e estrangeiro.

Dada a falta de imaginação política da oposição no país, especialmente dos partidos representados no parlamento, as organizações da sociedade civil moçambicana, incluindo as organizações sindicais progressistas, enfrentam um grande desafio na formulação de uma resposta política para travar o autoritarismo que paira sobre Moçambique.

Notas

1 - Segundo relatórios do ACLED e outras fontes na literatura sobre o conflito, os ruandeses estavam preocupados em assegurar a área de Palma e a Bacia de Afungi para que a Total Energies, que tinha cessado as operações na região, e os outros "parceiros internacionais", incluindo a China, a quem foram atribuídos lotes para exploração de vários recursos naturais pudessem regressar ou iniciar os seus mega-projectos extractivos. As tropas da SADC foram destacadas para outros distritos, e a sua presença tem tido pouco efeito.

2 - Monjane, B. (2022). Resisting agrarian neoliberalism and authoritarianism: Struggles towards a progressive rural future in Mozambique. *Journal of Agrarian Change*, 1– 19. <https://doi.org/10.1111/joac.12525>



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
des Níveis Unidos
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Arte e Sufia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Anger and Populist Attitudes: How Could Anger Activate Latent Populist Attitudes?

AN Original - UNPOP Series

2022-12-30

By Eduardo Ryo Tamaki

Negative emotions are often associated with populism, as feelings of fear and anger are seen as one of the key motivating factors underlying populist support. Both from the supply and demand side, or the elite and individual perspectives, populism is commonly associated with fear (of the “enemy”) and anger (against corrupt elites). While these feelings are present in both the populist discourse and the populist attitudes held by individuals, authors have argued that what matters, in reality, is anger, with it being one of the main drivers of populist attitudes. Nevertheless, instead of anger generating more populism (at the individual, public opinion level), my idea is that the priming or the political framing employed by populist leaders and movements incite and direct the anger felt by citizens, which would make their populist attitudes salient, channeling them into a populist vote.



Crédito:Pict Rider

Populism, as defined by the ideational approach, is a set of ideas that individuals and political actors hold. Despite some differences that vary according to how different scholars characterize the phenomenon (i.e., as a thin-centered ideology or a discursive frame), virtually all definitions agree on two main components: people-centrism and anti-elitism. People-centrism would entail the existence of a morally and homogeneous good “people,” created vis-à-vis an equally inherently evil “elite” – anti-elitism.

Both are portrayed following a Manichaeic and dualistic good-versus-evil view of politics, where there can be no in-between.

Populist attitudes, in turn, would relate to populism at the micro-level, i.e., views that individuals hold or a certain populist potential among individuals. While populist attitudes predict vote choice at the individual level, they will only have a sizeable substantive impact in determining voting behavior for a large portion of the electorate if the attitudes are activated and if there is a viable populist candidate. The overall idea is that populist attitudes are a latent disposition that becomes salient under specific conditions, such as political and economic crises – which must be made relevant by a proper prime from political actors and parties. According to this logic, policy failures and violations of democratic norms through constant corruption scandals would undermine the political class' democratic legitimacy, exposing the 'establishment' for impeding the achievement of 'the people's goals and making populist attitudes salient. However, context alone is insufficient; the political agency is also required. In a context of widespread crisis and political inaction, there needs to be a viable populist option capable of mobilizing a populist discourse and successfully exposing the 'elite' for all wrongdoings and framing them as acting fraudulently. To put it another way, contextual triggers, along with individual objective perceptions and a particular framing of the social and political world, would make the populist message more plausible, speaking to individuals and directing populist attitudes to a populist vote.

The populist discourse works on top of a dualistic worldview that separates and opposes the in-group, the "people" or "us," to the "enemies." Through a three-stage emotional arc, populist discourse mobilizes feelings of love (for the homeland) to fear (of the "enemy"), ending in anger towards the elites, framed as corrupt and self-centered. My focus here would be in anger. It is a negative feeling that, in the words of Rico, Guinjoan and Anduiza, "entails a harm or offense perceived to be unfair and deprecating (...). [It] motivates a person to take action against the responsible agent, thereby promoting a corrective response." Anger is used within a populist discourse to increase the distance between "us" and "them," simultaneously reinforcing in-group identity while strengthening the resentment and aversion towards the "out-group," or the enemy.

In a similar note, studies show that anger is directly associated with support for populism. The idea is that anger arises if a threat is perceived to be a consequence of an intentional or selfish behavior by an identifiable agent, and the populist narrative often frames the elites for putting their own interests above the "interests of the people," claiming that they had the power to influence outcomes but have chosen to act in self-interest.

Anger incites anger. From the populist discourse to individuals, anger flows and is heightened by the perception that something is unfair or illegitimate. Populists use anger to direct political and economic grievances, defining and reinforcing the image of the "enemy" based on blame attribution. They offer the "people" a clear culprit to blame for the country's economic/political conditions. Individuals exposed to a populist message often identify the elite as acting in deliberate and negligent behavior, putting their own interests above the interests of "the people." This leads to anger at the individual level, which affects how individuals process information, form judgments, react to situations and even vote. The idea is that anger would resonate with populist attitudes' underlying ideas that revolve around "us" versus "them," and a cosmic and moral fight against an evil-ruling elite who betrays the "people." Therefore, anger would help make populist attitudes salient, which could lead to a populist vote if properly explored and if populists are successful and presenting themselves as an alternative to the corrupt elites.

Thus, it is possible to expect that where the elite can be held accountable, anger does not only increase support for populism and populist attitudes but could actually activate them. Anger present in populist speeches would influence individual perception, often generating anger among the citizens towards the elites. This could help activate populist attitudes. However, this relationship is not entirely clear in the sense that we do not know if anger increases the overall level of populist attitudes (by creating and contributing to the "us" versus "them" feeling) or if it works as an activation mechanism (as we have hypothesized so far).

Recently, empirical studies have started to challenge the entire link between populist attitudes and populist votes. They ask if populist attitudes are responsible or have a meaningful impact on directing the vote for populists. They, however, only consider contextual factors and individual perceptions. Overall, little effort has been made to investigate the effects of emotions. This could be an interesting research topic because the alleged link between populism and emotions has been theorized but not empirically

tested. Could the relationship between populist attitudes and voting be stronger when emotions like anger are considered? One can only speculate.

Eduardo Ryo Tamaki

German Institute for Global and Area Studies

Willy Brandt School of Public Policy, University of Erfurt



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1 2 9 0
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
Instituição de Ensino Superior
Reconhecida pelo Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Feminismo e Utopia: Coordenadas de uma Disputa Política (Um Horizonte Emancipador)

AN Original

2022-12-23

Por Mónica Catarina Soares



De modo a colocar utopia no centro do feminismo, como horizonte emancipador, a consciência feminista necessita de uma consciência de classe. Isto significa que o epicentro da utopia feminista deve inscrever-se numa dialética económica-cultural e resgatar, à semelhança do que tem vindo a acontecer em debates recentes no feminismo – ver Cinzia Arruzza e Josefina Martínez – uma análise de classe. Detenhamo-nos sobre a ideia mesma de classe. Várias são as vozes, em diferentes posições do espectro político, que referem o seu carácter obsoleto. Estamos acostumadas a escutar que a classe aprisionou várias das reivindicações feministas e que serviu maioritariamente, em termos político-eleitorais em particular, para mobilizar uma massa de eleitores despreocupada com a feminização e racialização dessa mesma massa trabalhadora. Classe construiu-se como sinónimo de preocupações masculinas e brancas, mas não em si mesmo. Foi parte de um caminho histórico de disputas, o que não significa, portanto, o seu abandono, mas sim a sua mais cuidada examinação. Defendo que construir um discurso de exterioridade de classe no feminismo pode esvaziá-lo e deixá-lo vulnerável aos assaltos que elenquei nas publicações anteriores.

Classe não é um grupo sociologicamente identificável. Somos sujeitos produtores de atividades concretas. Somos o centro de antagonismo social das divisões impostas pelo capital - veja-se John Holloway. Análise de classe incita-nos a pensar nas relações que nos colocam a todos e todas em certas posições com vista à formação de um modo de vida, isto é, de um modo de produção. Classe implica entender que opressões múltiplas são artificialmente constituídas para os próprios desígnios do capitalismo, o que implica controlo e divisão social. A divisão sexual do trabalho, o forjar da separação entre espaço produtivo e reprodutivo, constituem-se ao constituir-se a evolução do capitalismo assim como a luta de classes mesma que é produto da luta contra a acumulação originária que rompe com a unidade patriarcal produtiva-reprodutiva do feudalismo. Capitalismo constitui-se de forma patriarcal, não porque as relações de produção sigam uma lógica patriarcal co-constituente ou meramente oportunista, mas porque a lógica capitalista organiza as forças produtivas e a reprodução social com base numa ordem iminentemente patriarcal (consulte-se Arruzza). Por conseguinte, cabe-nos questionar: como se feminizou e se feminiza a classe no capitalismo atual? Porque reconhecemos um poder patriarcal organizador e opressor ao capitalismo? Efetivamente pela demarcação do espaço produtivo para o provedor (laboral, fábrica) e espaço reprodutivo para a cuidadora (não-laboral, privado) com desvalorização moral-cultural do segundo. Estas divisões formaram parte do controlo social imposto e subsumido à acumulação capitalista.

A esfera de reprodução torna-se refém da esfera produtiva sendo que a primeira vai institucionalizando-se, em larga escala, em relações privadas-familiares-domésticas, protagonizadas historicamente pela figura feminina cuidadora. Esta cuidadora é dócil e conectada com a natureza. Não está preparada para a atividade intelectual nem para o trabalho físico. A frivolidade definia as mulheres da burguesia em expansão no século XVIII e XIX. Uma mística da natural inutilidade feminina torna-se a aura preponderante das mulheres burguesas. tal como aprofunda Sheila Rowbotham. Carecem das habilidades intelectuais e físicas para afrontar o capitalismo que se estabelecia como capital industrial. O ónus da esfera reprodutiva, que se foi institucionalizando primeiramente, de forma quase exclusiva, sob a forma doméstica, fica atribuído às mulheres, nomeadamente de forma plena às mulheres burguesas.

Mas a vida das mulheres mais empobrecidas e proletarizadas eram inobservantes destes princípios. Não eram mulheres no sentido que a burguesia em ascensão popularizava a feminilidade. Ulla Wikander traçou o percurso histórico das mulheres operárias nos países nucleares da economia europeia desde século XVIII até meados do século XX. A mulher operária era, de forma invariável, força de trabalho e a sua institucionalização reprodutiva-familiar-doméstica muito mais contraditória e irregular. Evidentemente o serviço doméstico, os trabalhos artesanais, as vendas ambulantes, sempre foram tradicionalmente atividades atribuídas às mulheres (preferencialmente solteiras), pois também eles remetiam à esfera doméstica. Mas, a industrialização massiva levou a que sempre que o mercado, a economia familiar depreciada ou os conflitos armados o exigiam, as mulheres ocupavam os lugares ditos masculinos. A importante reivindicação do direito ao trabalho assentou, sem surpresas, maioritariamente numa divisão sexual do trabalho desvantajosa: mal remuneradas, tuteladas pelos seus maridos e entrando constantemente em rota de colisão com aspetos culturais-ideológicos burgueses da domesticidade feminina (i.e., várias vezes, proibiu-se o trabalho noturno e vedou-se a possibilidade de trabalhar a mulheres casadas), o capital sempre usou a seu favor uma reserva de mão-de-obra menos preparada, mas mais barata, apta para fazer trabalhos menos qualificados e árduos.

Guerras del Gas: Llega a Bilbao un Barco con Gas Licuado del Norte de Mozambique

AN Original

2022-12-22

Por Jokin Alberdi Bidaguren

La invasión de Ucrania se ha convertido en una guerra económica mundial. La UE, además de enfrentarse a la amenaza de cortes por falta de suministro, está tratando de poner “topes” a los precios del gas ruso y aumentando las sanciones contra este país, a la vez que ha decidido incrementar en 200.000 millones de € su gasto militar, y enviar armas al gobierno de Kiev. De esta forma los países de la UE, acaban aceptando el cumplimiento de la reclamación de EE. UU y la OTAN para destinar al menos el 2% de su PIB a defensa.

En el entretanto España, que está almacenando 1/3 del gas europeo, y Portugal quieren hacerse fuertes a nivel energético. Ambos gobiernos, están enfrentándose a la crisis del gas “topando” el precio de la electricidad a través de la “excepción ibérica”. Y han coincidido en mejorar sus interconexiones energéticas, particularmente entre la planta regasificadora y puerto de Sines, con capacidad de acoger a grandes metaneros, y el puerto de Barcelona, que a su vez conecta con la planta de Fos en Marsella. Recientemente, Macron, Sánchez y Costa han anunciado, a bombo y platillo, el proyecto de corredor verde “H2Med” que conectará la Península Ibérica con el resto de Europa para el 2030.



Ante los recortes en el suministro de gas propiciados por la invasión rusa a Ucrania, y las amenazas de Putin sobre la crudeza del invierno, la respuesta de la UE ha sido aumentar el gasto militar, impulsar estrategias de nuevas infraestructuras eléctricas y gasísticas en Europa, e incrementar las importaciones de gas, particularmente del GNL o Gas Natural Licuado. Este verano-otoño, Argelia ha seguido siendo el mayor suministrador, aunque ha reducido considerablemente su suministro a causa de la crisis entre Argelia y España. EE. UU, junto a Nigeria, son los países que más se están beneficiando de esta situación por sus crecientes exportaciones, mientras que las importaciones europeas de GNL se disparan con la llegada de barcos metaneros desde diferentes países, particularmente con destino hacia España.

Estas transformaciones en el escenario internacional que auguran importantes cambios en la geopolítica tras el fin de la Guerra Fría, propician un creciente agravamiento de la realpolitik neocolonial y de la carrera por los recursos naturales.

A la vez que la Comunidad Internacional condena casi unánimemente la violación del derecho internacional por la ocupación rusa de Ucrania, EE. UU, Francia, Alemania y España cambian su postura ante la prolongada invasión marroquí del Sahara Occidental.

La crisis diplomática y migratoria entre Marruecos y España relacionada con la atención médica dispensada al Presidente de la República Árabe Saharaui Democrática en un hospital español, y que supuso la dimisión de la anterior titular del ministerio de Asuntos Exteriores, Arancha González Laya, ha dado paso a un entendimiento entre estos dos países, lo que a su vez ha provocado un deterioro de las relaciones del gobierno español con el argelino. España reconoce el plan autonomista del régimen alauita para los territorios ocupados, descartando la libre determinación saharauí recogida en diferentes resoluciones de Naciones Unidas, mientras que Mohamed VI se compromete a controlar más activamente los flujos migratorios para evitar que las personas que huyen del hambre y de las guerras africanas lleguen a territorio español. Consecuencia de ello, fue la masacre del 24 de junio de 2022, donde al menos 23 migrantes (fuentes no gubernamentales señalan que fueron 40) murieron tratando de cruzar la frontera entre Nador y Melilla a manos de los policías marroquíes y españoles.

Por el contrario, las ambiciones españolas de seguir actuando como puerta de entrada del gas natural a Europa, se ven cuestionadas ante la crisis diplomática en torno al Sahara y el suministro de gas argelino. Ante el apoyo español a Marruecos sobre el Sáhara Occidental, Argelia decidió suspender el Tratado de Amistad con España, lo que está teniendo consecuencias en el suministro, en un momento en el que el gas argelino es muy codiciado por los países europeos para aligerar su dependencia del gas ruso. Lo comido por lo servido.

Mientras estos asuntos copan la atención mediática, la noticia de la llegada al puerto de Bilbao de un buque metanero de la compañía British Sponsor, que transportaba la primera exportación de gas licuado extraído en el norte de Mozambique ha pasado casi desapercibida. Este gas fue extraído por una planta de la empresa energética italiana ENI del proyecto Coral Sul FLNG, que tiene en la cuenca del río Rovuma en Cabo Delgado, y vendido a British Petroleum (BP). La única noticia al respecto ha sido el rechazo de los tribunales del Reino Unido a un recurso interpuesto por la ONG Amigos de la Tierra que sostenía que la decisión del gobierno británico de aprobar una financiación millonaria para este megaproyecto contaminante vulneraba los compromisos sobre el calentamiento global que se habían adquirido en los acuerdos climáticos de París (COP 21). Esta impugnación judicial contra el megaproyecto está enmarcada en una campaña de Greenpeace-Africa contra la depredación del petróleo y gas africanos y la reducción del consumo de las energías fósiles.

Lo que no se cuenta, es que detrás de este gas licuado que llega a Bilbao, hay una guerra olvidada, y otro ejemplo de la carrera por los recursos africanos y la expansión de la frontera extractiva.

En 2017 se produjeron unos ataques violentos, y hoy en día (a finales de 2022), el enfrentamiento entre un grupo insurgente islamista y las fuerzas de seguridad nacionales e internacionales, ha dejado un saldo de 5.000 víctimas mortales entre militares y civiles, y casi un millón de personas que se han visto obligadas a abandonar sus hogares en Cabo Delgado. Las promesas gubernamentales y de las multinacionales de empleo y mayor bienestar para los jóvenes no se han visto cumplidas, y son escasas las posibilidades de que las familias desplazadas puedan recuperar sus tierras o actividades pesqueras que realizaban antes de que se iniciara el conflicto.

El Gobierno de Mozambique para controlar la situación, optó por contratar mercenarios privados rusos y surafricanos, pero ante el fracaso tuvo que recurrir a la ayuda militar de la Comunidad para el Desarrollo del África Austral (SADC) que puso en marcha la operación SAMIN, y al gobierno ruandés que envió fuerzas militares para recuperar las plazas ocupadas por los insurgentes y estabilizar la situación en las zonas donde estaban operando las multinacionales gasísticas.

Mientras la narrativa oficial sostiene que el origen de esta guerra tiene que ver con el terrorismo “yihadista”, es evidente que esta guerra obedece también a otros factores internos relacionados con los agravios, la pobreza, las desigualdades y el abandono del Estado que sufre la población y, sobre todo, a factores externos que tienen que ver con la disputa de actores nacionales e internacionales por el control de los recursos naturales y del negocio de la guerra.

EE. UU y la UE, además de enviar ayuda para evitar una catástrofe humanitaria, están financiando las operaciones militares antiyihadistas de la SAMIN y de Ruanda, para que sus multinacionales puedan continuar con sus planes extractivistas, convirtiendo el norte de Mozambique en una “zona de sacrificio”, expulsando y marginando y desposeyendo de sus medios de vida a cientos de miles de sus pobladores, y aprovecharse de sus riquezas naturales.

El metanero que llegó a Bilbao, nos recuerda que la invasión de Ucrania o la ocupación del Sahara, no son las únicas guerras del gas. Lo más triste es, que mientras estemos calentitos en nuestras casitas, no saldremos a parar estas guerras.

Jokin Alberdi Bidaguren, Profesor de la Universidad del País Vasco (UPV/EHU), colaborador de Gernika Gogoratuz, Centro Investigación por la Paz, y activista en LaGuerraEmpiezaAqui (LGEA/OEE) 13.12.2022



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1 2 9 0
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Aviso aos Navegantes

AN Original

2022-12-21

Por Miguel Borba de Sá

Uma vez confirmada a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro, alguns comentaristas políticos portugueses entregaram-se a uma gozação fácil, mas de gosto duvidoso. Vozes influentes na opinião pública, como Inês Pedrosa, disseram, logo após os resultados, coisas do tipo:

“Aviso aos bolsonaristas que estejam a fazer as malas: em Portugal aborto e casamento gay são legais, a escola ensina igualdade de gênero e o governo é socialista. Por favor, não venham para cá. Agradecida”.

Poder-se-ia ter acrescentado outros itens que certamente causam pavor, é verdade, a muitos eleitores de Bolsonaro. No entanto, tais verdades escondem uma outra, ainda mais profunda, que precisa ser revelada naquilo que é: uma reafirmação do imaginário colonial que, infelizmente, ainda informa boa parte da intelectualidade lusitana, até mesmo os setores que se pretendem progressistas. Segundo este imaginário, as ameaças à boa vida na metrópole vêm sempre das colônias (ou ex-colônias). O perigo é exterior, notadamente na forma de povos bárbaros, com costumes e mentalidades arcaicas, que põem em risco, por sua mera presença, a iluminada sociedade europeia, supostamente livre de máculas políticas ou sociais, até que sejam invadidas por selvagens vindos do Sul global. A identidade desta ameaça exterior pode variar, desde imigrantes islâmicos que não se adaptam à ‘nossa’ cultura, ciganos assustadores que vivem dos benefícios do ‘nosso’ Estado ou, atualmente, a figura do bolsonarista obscurantista, ultramontano e ultraconservador. A estrutura deste esquema mental, no entanto, permanece a mesma desde a era colonial até os dias atuais.



Assim, tendo em vista este “aviso aos bolsonaristas”, é preciso fazer também um aviso aos navegantes lusos que estão recorrentemente a (re)descobrir seres bárbaros no Brasil: parem com isto. Apenas parem. Em vez de reiterar um imaginário colonial que somente enxerga ameaças exteriores (e subalternas) à civilização lusitana, que se esmera em evitar a contaminação da saudável vida política portuguesa por uma horda selvática, faziam bem se invertessem a mirada analítica para suas barbaridades autóctones, como sugerem as abordagens decoloniais. Afinal, não é preciso que nenhum bolsonarista fanático aterrise em Portugal para que a Igreja Católica (aquela grande parceira da empresa colonial) continue a abusar de menores e que o Presidente da República venha a público para relativizar tais crimes. Não foi necessário que nenhum fascista brasileiro estivesse aqui para que a extrema-direita portuguesa tenha irrompido com força no espectro político nos últimos anos, assim como não foi obra de nenhum extremista do Terceiro Mundo que um regime fascista tenha prosperado em Portugal por quase meio século (Gilberto Freyre deixou-se usar pelo salazarismo, mas ninguém em sã consciência poderia atribuir-lhe a responsabilidade pela instauração ou longevidade do Estado Novo em Portugal).

Tampouco é preciso que algum brasileiro neonazista tenha aqui pisado para que agentes do SEF tenham espancado até a morte um cidadão ucraniano no aeroporto de Lisboa. Não eram bolsonaristas aqueles latifundiários que recentemente escravizavam nepaleses no Alentejo. Tudo isso é obra e graça de fatores endógenos, não de alienígenas malfeitores vindos do Sul. A lista poderia continuar sem citar um nome sequer de origem colonizada como fonte dos reais perigos que cotidianamente assolam a democracia portuguesa.

Mais ainda, o abandono do imaginário colonial permitirá investigar a participação de cidadãos portugueses no multifacetado jogo de forças que contribuiu para fazer prosperar o bolsonarismo no Brasil. Afinal, as condições de possibilidade de uma tal infâmia política de cunho militarista e defensor da ‘lei e ordem’ seriam menores não fosse a corrupção selvagem da qual participam banqueiros portugueses na máfia de transportes do Rio de Janeiro; não fosse a barbárie causada pelo tráfico de cocaína, armas e dinheiro transportada em aviões particulares de empresários lusitanos descobertos pela polícia de São Paulo; ou pela incivilidade representada pela exploração sexual de menores em Fortaleza, e outras capitais brasileiras, onde voos fretados advindos de Portugal contribuem para a manter estável a demanda por este tipo de crime. Uma pergunta interessante, nesse contexto, seria: qual o montante de financiamento para as campanhas de Bolsonaro feito por homens de negócios *lusobrasileiros* nas duas últimas eleições? Esta investigação ninguém parece interessado em realizar.

Tal imaginário colonial não conseguirá desencorajar a vinda de bolsonaristas abastados, geralmente bem-vindos em Portugal, aliás. Ao revés, o único resultado concreto desta prática discursiva calcada no medo frente à periferia global (ecoando as palavras do chefe da diplomacia europeia sobre o ‘jardim europeu’ ameaçado pela ‘selva’ do lado de fora) é aumentar ainda mais o estigma contra os brasileiros pobres em Portugal, que já sofrem discriminações, xenofobia e racismo - sendo bolsonaristas ou não. Estas violências estruturais e culturais, alimentadas por tal imaginário, certamente afetam de forma desigual aos diferentes tipos de brasileiros que vivem no país. Por outro lado, tal imaginário conduz a efeitos não apenas sobre brasileiros, mas também sobre moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, ciganos e todos aqueles que, independente de nacionalidade, são encarados como o *Outro* indesejado em território nacional - até quando são portugueses, porém não-brancos, como revelado por inúmeros casos de violência policial, prisional e assédio laboral.

Por tais razões, é urgente que esta prática discursiva seja encerrada de uma vez por todas, especialmente pela intelectualidade progressista que, ao reproduzi-la, termina por fornecer o substrato que alimenta os setores decididamente conservadores e seus grupos neofascistas, como aqueles que pintavam os muros da Universidade Católica de Lisboa com dizeres do tipo: “Zucas voltem para as favelas; pretos voltem para a África”. O ‘zucas’ desta inscrição provavelmente não estava referido a nenhum bolsonarista branco, rico ou cristão, mas a adesão ao discurso-mor do *voltem para lá/não venham para cá* ajuda a intensificar os piores efeitos justamente sobre os alvos preferenciais daqueles que escrevem tais palavras.

Portugal possui largas tradições de fanatismo político, de conservadorismo religioso, de neoliberalismo selvagem ou de autoritarismos múltiplos que dispensam o auxílio das atuais elites bolsonaristas para existir. É uma pena que tenham o apoio inesperado de quem a elas sempre se opôs. Numa tal situação, não é suficiente, ao reafirmar o imaginário colonial, também dizer: “Ah, mas eu tenho um amigo brasileiro”, ou “eu adoro ir ao Brasil”, da mesma forma que possuir um amigo gay, ou negro, não exime de responsabilidade a ninguém que insista na reprodução de uma prática social homofóbica ou racista. Não é sobre tratar bem ou mal a um determinado indivíduo pessoalmente, mas sobre a contribuição discursiva para que o conjunto deles seja maltratado socialmente de forma permanente, seja por outros

indivíduos, pelo Estado ou por instituições privadas. O lema, bem conhecido, que os setores xenófobos manejam há décadas na Europa é justamente o de que não se opõem à imigração em si, mas que preferem ‘imigrantes qualificados’: agora *politicamente* qualificados também, ao que parece.

Em vez de policiar as bordas coloniais do império perdido em busca de preservar o próprio senso de modernidade - e assim criar espaço para estigmas perigosos, ao dar força motriz ao eterno descobrimento de um Brasil povoado por gentios atrasados e ameaçadores – os navegantes progressistas da caravela de gozações em voga poderiam levar a sério a imbricação histórica entre suas respectivas elites e forjar estratégias de lutas comuns contra a ascensão mundial da direita radical. Mas isso terá de passar, necessariamente, pela descolonização de um imaginário que insiste na exteriorização subalternizada da ameaça. Agradecido.



Miguel Borba de Sá é Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; é conselheiro político do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – Instituto PACS.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização -
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra - Alas Sefis
Incluída na Lista de Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Feminismo e Utopia: Coordenadas de uma Disputa Política (“Feminismo” Reacionário)

AN Original

2022-12-16

Por Mónica Catarina Soares



Além das forças liberais, encontramos, na atualidade, outra importante força política na disputa pelo feminismo. Conhecemos bem as investidas dos segmentos reacionários, daqueles que assumidamente se entendem como antifeministas ou que tomam debates feministas para expurgarem-se dos seus defeitos políticos e para pugnam-se pela constituição de um sujeito político alternativo reacionário. Sob a égide de um discurso pseudocientífico de ideologia de género, ou de feminazismo, canalizam a indignação e o mal-estar social, em larga escala gerado por anos de políticas neoliberais de reorganização do trabalho, contra o feminismo e contra outros discursos como o antirracismo, a que chamam a luta cultural – veja-se [Agustín Laje](#). Ao contrário da sua vertente progressista-multicultural, tentam primeiramente descredibilizar uma política formal de compromisso social para fazer face à exploração e opressão feminina ainda que eventualmente possam, nos seus próprios termos de normalização biologicista e de complementaridade da natural diferença dos sexos, defender algumas destas medidas em termos de políticas públicas.

Quer seja a promulgação de licenças partilhadas de maternidade/paternidade quer o igual acesso a cargos públicos, estas medidas tendem, antes de tudo, a ser entendidas como gasto social escusável e/ou uma traição imperdoável à organização natural das diferenças entre homens e mulheres. São assim reformas que devem ser revocadas e, se eventualmente anuídas, estas devem inserir-se numa linguagem e num quadro de ação política ideologicamente reacionário tal como o conceito de feminacionalismo, desenvolvido por [Sara Farris](#), exemplifica e analisa. Para a autora, a defesa dos direitos de igualdade entre homens e mulheres, ou até mesmo de direitos LGBTQI+, podem ser legítimos em perspetivas ultranacionalistas desde que defendidos a favor da população branca de um determinado país ou contra a barbárie de populações muçulmanas migrantes ou minorias ciganas, entre outras. Também a violência de género é reduzida tão-somente a uma violência intrafamiliar excepcional e deve ser tratada em conformidade.

Identificadas com o ideário feminista ou não, há também um número cada vez maior de mulheres que voltam a reivindicar um alinhamento político de celebração da domesticidade, da mulher realizada como mãe e esposa, longe do afã coletivo das velhas lutas feministas que, por regra, são assumidas como sendo extemporâneas. Pode-se agradecer ao feminismo e passar a página. Neste cenário, parece que uma certa misticidade feminina está de volta ao centro do debate, mas longe de ser entendida como uma matriz opressora tal como [Betty Friedan](#) eternizou, parece ser agora vista como potencialmente emancipadora. Esta mesma assunção política tende a derivar pontualmente numa hibridização com outros discursos, como é o exemplo da multiplicação constante de 'mães hipsters' que vivem em comunhão com a natureza, em sintonia com os tempos e dinâmicas que genuinamente regem o ser mulher/mãe e homem/pai, numa postura claramente desengajada, individualista e essencialista. Muitas vezes, estes discursos possuem até elementos aparentemente antagonistas do capitalismo, mas essencialmente por se objetarem à vida moderna e às suas imposições como estilo de vida. Ao invés de defender-se uma utopia oca em termos de igualdade formal, defende-se uma complicada complementaridade entre os sexos, vista como mais orgânica, longe da azáfama do mundo citadino completamente corrompido pelos valores modernos de vida.

Não se pode claro assumir que o feminismo se reduz a reportórios de desmobilização, de redirecção do conflito social ou de assimilação por velhas e novas direitas, mais mascaradas com um véu de progressismo ou mais orgulhosamente reacionárias e essencialistas. Não obstante, as tentativas de desarticulação do imaginário feminista são inegáveis e têm-se intensificado, operando de maneiras imprevisíveis, ainda que não necessariamente inovadoras: fundem-se elementos políticos antagónicos, naturaliza-se o género ou vive-se como já não existisse, cooptam-se linguagens anteriormente revolucionárias, ataca-se a memória histórica do feminismo, estreitam-se possibilidades de debate, menosprezam-se tensões múltiplas e variadas, promove-se o consumo feminista, individualizam-se as reivindicações, entre outras. A sublimação do impulso feminista parece estar a ser pavimentada desde os anos 70 e 80 do século passado. Iguamente foi a partir desta altura que se popularizou o debate sobre o aparente cataclismo e inevitabilidade da distopia em que aparentemente a luta social foi finalmente decretada como pertencente ao passado. Nada obstaculiza mais o espoletar do futuro do que um mundo em que a disputa principal parece ser entre a exaltação de um mundo de vitórias pós-género e a intromissão da refluência distópica que se alimenta da naturalização do género, em esta última alvoreia ser a mais forte oposição política contemporânea face à primeira. As possibilidades de ação são coartadas e o centro gravitacional das lutas é reajustado e moderado. Cansamo-nos. Perdemos ambições e, às vezes, desnorreamos. Jogamos na defensiva pois sabemos que o mundo pode, todavia, ser muito pior daquilo que é.

Face a este cenário, uma das grandes vantagens do pensamento utópico é a possibilidade de insatisfação profunda com o existente e com as versões mastigadas da utopia mínima. Sabemos que o mundo está longe de ser uma realização dita plena, ou próxima disso, das lutas feministas como anunciado pelas visões neoliberais ou uma degeneração excessivamente feminista, tal como advogado pela direita reacionária. Assim que necessitamos de uma outra forma de organizar o mundo, de uma utopia à esquerda, mais além do capitalismo patriarcal, da opressão quotidiana, da exploração sem fim. Na disputa do imaginário, a utopia é ofensiva. Ela catalisa-nos para um horizonte que é ao mesmo tempo negativo e afirmativo, tornando-o mais tangível, mais concretizável e, possivelmente, mais atraente. Muitas são as perspetivas feministas que têm tentado aproximar as suas ações sociopolíticas a propostas radicais do que significa viver uma vida digna. Não pretendo fazer uma revisão exaustiva das perspetivas feministas que se podem perfilar com o pensamento utópico. Pretendo lançar duas formulações sobre os termos em que o pensamento utópico – para além das utopias mínimas – deve ser percebido de modo a evitar sua precipitação numa atmosfera compensatória, otimista, idealista, muitas vezes de celebração de formas pré-capitalistas de organização social e de imediatismo, por princípio altamente contraproducentes.

Mas, como pensar, em consonância, a utopia feminista? Desde logo, a utopia feminista emana desde uma memória coletiva própria da luta contra a exploração e expressões múltiplas de opressão, que se articula em práticas sociopolíticas concretas, que se projetam num horizonte desde e mais-além do feminismo. Gerda Lerner mostra como a criação da consciência feminista foi sucessivas vezes atropelada e desarticulada, retardando-se constantemente o conhecimento sistemático sobre a História das mulheres ao longo de vários séculos. Centrando-se na Europa medieval até ao final do século XIX, as mulheres viveram reféns da invisibilização epistemológica de uma história opressiva comum e concreta, com exceções assentes na subjetividade de algumas mulheres privilegiadas, que tentavam recontar episódios bíblicos de forma a libertem-se de preceitos opressores ou ligadas pela experiência da maternidade que lhes permitiam uma partilha vivencial mútua. Sem passado não há utopia. Despojadas da continuidade da sua história, as mulheres estavam alheias à possibilidade de construção de um movimento político alternativo. É precisamente da experiência do trauma do passado que se possibilita construir uma negação da negação. A utopia reconhece a continuidade em tensão constante entre o passado, presente e futuro. Ainda não é amanhã: não é só que a consciência feminista tenha sido sonogada; ela também ainda não foi praticada; ela é um processo perene de luta pela possibilidade de ser estruturante da realidade social. Não estranhámos o que foi, estranhámos o que “poderia ter sido” ou o que “ainda não foi” – o famoso “not-yet” de Ernst Bloch – que está, esteve e estará em constante luta, desde logo porque os nossos inimigos não foram ainda vencidos.

Contudo, esta história da consciência da exploração e opressão leva-nos também a entender que o feminismo não é um objetivo em si mesmo. A consciência da experiência de opressão em certas formas, leva-nos a uma maior sensibilidade de outras formas de opressão. O imaginário político feminista utópico é também ele antirracista e anticolonial por exemplo, visando enfim a destruição de todos os privilégios, de toda a exploração e opressão. Depende assim do que se pode chamar um sujeito político polimórfico, como explica Sergio Tischler, que não é uma mera acumulação de reivindicações, baseadas nas alianças possíveis e sem tensão, dispostas em unidades de equivalência, mas sim um sujeito político que se envolve em várias lutas contra o poder, que é finalmente a mesma luta. É precisamente a utopia de um mundo que leva o capitalismo à tumba, que nos move hoje contra várias expressões de um mesmo modo de vida.

Crédito da Imagem:kotoffei

Mónica Soares é mestre em psicologia da justiça (FEP-UCP) e estudante de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.